

PROJETO DE LEI Nº ⁰⁷³/2006

CÂMARA MUNICIPAL
Secretaria

Protocolado sob nº 073/2006

Em 02/08/2006

Jimone

SÚMULA:

Autoriza o Poder Executivo Municipal a proceder a cobrança de valores referentes a multas pelo atraso na entrega de livros, danos causados no acervo da Biblioteca Municipal.

A Câmara Municipal de Carambeí, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte

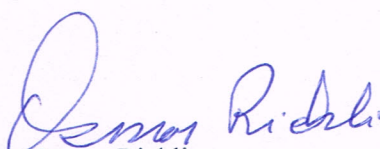
LEI

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a proceder a cobrança de valores referentes as multas pelo atraso na entrega de livros, danos causados no acervo da Biblioteca Municipal Keimpe Van Der Meer.

Art. 2º - O Poder Executivo editará normas regulamentando a presente Lei, no que couber, visando a sua execução.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Carambeí, Estado do Paraná, em 28 de Julho 2006.


Osmar Rickli
Prefeito Municipal

Rejeitado por Unanimidade A 10/08/2006
2º Secretário

Rejeitado por Unanimidade A 15/08/2006
2º Secretário

PROJETO DE LEI Nº 033/2006

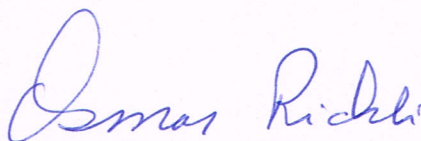
JUSTIFICATIVA

**SENHOR PRESIDENTE,
SENHORES VEREADORES**

Respeitosamente, encaminho à apreciação dos Nobres Edis, o Projeto de Lei que dispõem sobre a cobrança de multas referente ao atraso na entrega de livros e danos causados ao acervo da Biblioteca Municipal de Carambeí.

A cobrança das multas se faz necessária para que se possa fazer a reposição e recuperação do acervo danificado, motivo este que estamos certos da aprovação deste Projeto de Lei.

**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
EM 28 DE JULHO DE 2006**



**OSMAR RICKLI
PREFEITO MUNICIPAL**



CÂMARA MUNICIPAL DE CARAMBEÍ

Rua da Prata, 99 – Fone (42) 231-1668 CEP 84145-000 – Carambeí – Paraná
C.N.P.J. 01.613.766/0001-04 e-mail: camaracarambei@br10.com.br

Parecer ao Projeto de Lei nº 073 / 2006

Senhor Presidente:

A Comissão reunida examinou a proposta do Executivo no sentido de autorização para cobrança de multas por atraso na devolução de livros, cedidos para estudo, do acervo da Biblioteca Municipal.

A Comissão entendeu estranha a disposição, vez que o empréstimo de exemplares da biblioteca, para público identificado é simples questão administrativa.

Na verdade não se trata de taxas ou de contribuições que tenham o cunho tributário, sendo exercício padrão de controle, outra vez administrativo, por isto não dependendo de autorização legislativa.


Pode o Poder Executivo proceder na regulamentação por decreto ou por resolução, ou ainda criando o Regimento Interno da Instituição.


Em reflexão mais aprofundada e de cunho administrativo, é o caso de ser questionado se existe Lei que organiza o serviço bibliotecário e cujo texto legislativo, primariamente, autorize o empréstimo e regulamente essas concessões. Dessa forma a disposição do projeto não se firma e vem antecedendo a autorização do próprio ato.

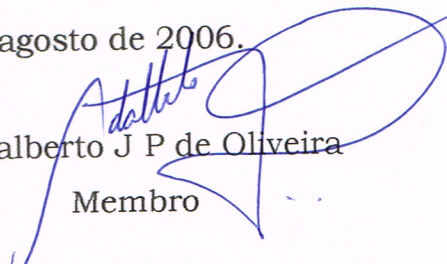
Por todas essas considerações, conclui-se que a regulamentação dos serviços bibliotecários e eventuais multas de saneamento de condutas, podem ser criadas e implantadas por ato exclusivo do Executivo.

A Comissão é de parecer à rejeição do projeto.

Sala das Sessões da Câmara Municipal em 10 de agosto de 2006.


Patrícia Kremer
Presidente


Lourdes de J M Ferreira
Membro


Adalberto J P de Oliveira
Membro